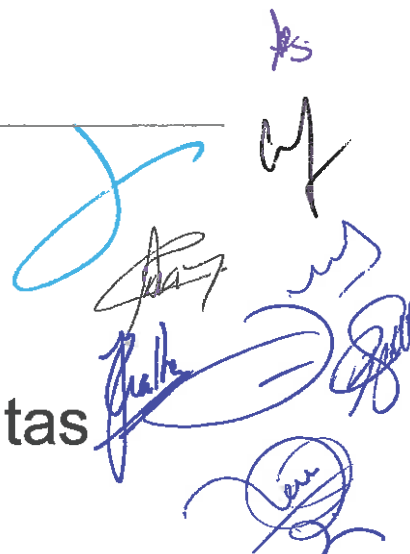


Relatório de Gestão e Contas

2012



CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.
Praça da República
2260-411 Vila Nova da Barquinha
Telefone: **249 720 350**
Fax: **249 720 368**
Nº contr: **508 190 460**
E-mail:
info@centrodenegocios.com.pt
Site:
www.centrodenegocios.com.pt



Índice

1. Órgãos Sociais.....	pág.3
2. Relatório de Gestão.....	pág.4
2.1 Introdução.....	pág.4
2.2 Aspectos Relevantes da Actividade da Sociedade.....	pág.4/5
2.3 Actividade Desenvolvida.....	pág.5
3. Situação Económico-Financeira.....	pág.6
3.1 Rendimentos.....	pág.6
3.2 Gastos.....	pág.6
4. Resultado Líquido.....	pág.6/7
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	pág. 8
6. Perspectiva de Evolução.....	pág.8
7. Notas Finais e Agradecimentos.....	pág.9
8. Contas do Exercício.....	pág.11
8.1 Reconciliação Bancária.....	pág.11
8.2 Balanço.....	Anexo
8.3 Demonstração de Resultados.....	Anexo
8.4 Anexo às Demonstrações Financeiras.....	Anexo
8.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	Anexo
8.6 Demonstração das Alterações de Capital Próprio.....	Anexo
9. Relação das Participações no Capital de Sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo.....	pág.11
10. Relatório sobre a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos.....	pág.11
11. Certificação Legal de Contas.....	Anexo



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'X' and several other stylized signatures.

1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente – Dr. Mário Nuno Tempera Morgado Serras Passarinho
(Espaço Mecânico, SA)

Secretária – Sara Alexandra Santos Aparício Mendes Courinha
(Município de V.N.Barquinha)

Secretário – Vítor Gomes da Cruz
(Bio-Analítica)

Conselho de Administração

Presidente – Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro.
(Município de V.N.Barquinha)

Vogal – Rui Constantino Martins
(Município de V.N.Barquinha)

Vogal - Dr^a Ana Isabel Crispim Domingos
(Serralharia A.Domingos, Lda)

Fiscal Único

Isabel Paiva, Miguel Galvão e Associados – SROC, Lda



2. Relatório de Gestão

2.1 Introdução

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.” é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

A sociedade constituída em 6 de Julho de 2007, tem por objecto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das actividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência colectiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de actividades e serviços do Médio Tejo.

O Presente relatório de Gestão, expressa de uma forma concisa, a actividade desenvolvida durante o exercício de 2012 e a situação económico-financeira da Empresa.

2.2 Aspectos Relevantes da Actividade da Sociedade

Os Aspectos mais relevantes do Exercício de 2012, foram os seguintes:

- Recepção e acompanhamento das candidaturas.
- Promoção e exploração, nomeadamente na divulgação junto dos potenciais interessados (Investidores) e Associações Empresariais.
- Desenvolvimento numa perspectiva empresarial .
- Apoio ao Processo de Licenciamento, junto da Câmara Municipal.
- Acompanhamento da Instalação das Empresas no Centro de Negócios.

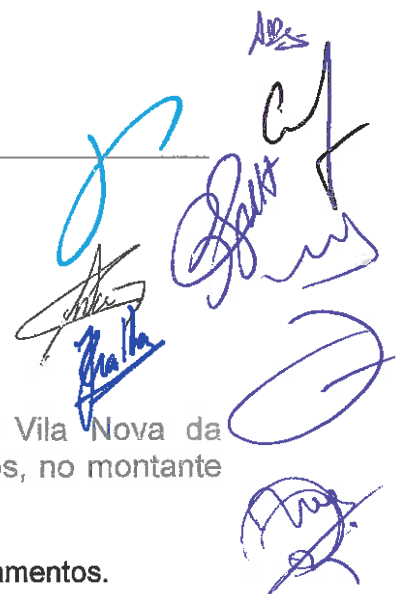


- Incentivo do investimento privado e a criação de postos de trabalho.
- Gestão de Condomínio.
- Controlo dos acessos (Segurança/Vigilância).
- Gestão dos espaços verdes.
- Recolha de resíduos sólidos (Coordenação com Município de V.N.Barquinha)
- Apoio à actividade das Empresas instaladas no Centro de Negócios.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'João', 'Luís', and 'Ana', along with various initials and a large circular stamp.]

2.3 Actividade Desenvolvida

- Divulgação do Centro de Negócios, junto de potenciais investidores.
- Recepção e acompanhamento de Candidaturas.
- Acompanhamento de processos de licenciamento.
- Acompanhamento dos Investimentos a decorrer, nomeadamente a Gonfersol.
- Coordenação dos serviços de vigilância, por forma a garantir a segurança necessária a um espaço, localizado fora da malha urbana.
- Coordenação dos serviços de manutenção e gestão dos espaços verdes.
- Coordenação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.
- Contactos estabelecidos com a AICEP, IAPMEI e Associações Empresariais, para captação de investimentos.



3. Situação Económico-Financeira

3.1 Rendimentos

O CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A., apresentou um volume de Rendimentos, no montante de **64.047,26 €**

Tal resulta entre outros, dos Encargos de Gestão, previstos nos regulamentos.

Também de transferência efectuada pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, para garantir o equilíbrio económico-financeiro e resultante de contrato-programa existente.

3.2 Gastos

Os Gastos do Exercício foram de **62.155,16 €**, resultando na sua maioria de despesas em Segurança, manutenção de espaços verdes, operacionalização dos serviços, e também o registo de imparidades, designadamente da Serralharia A.Domingos e Ana Cristina(Madelab), resultando de processo de insolvência, entre outros.

4. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido

Resultado Antes de Impostos de 2012, foi positivo em **1.892,10 €**

O Resultado líquido do exercício de 2012, após a aplicação de derrama, cifrou-se em **1.868,45 €**.

Na senda do relatório do ano transacto, é por demais conhecida a situação económica do País e da Europa.

Infelizmente agravou-se ainda mais do que seria expectável!!!

O aumento significativo de impostos que se agravará no decorrer de 2013, a ausência de crescimento económico, os níveis de desemprego alarmantes, a quebra no consumo, a confiança muito abalada dos consumidores e investidores são factores por si só, mais que suficientes para terem um relevante impacto no crescimento do Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha.

E de facto assim foi!



Os indicadores disponíveis acerca do investimento são por demais evidentes. A quebra foi significativa.

Em simultâneo, as dificuldades da “Banca”, bem como a inexistência de políticas geradoras de riqueza e investimento e a não motivação dos bancos para apoiarem os projectos de investimento agravaram ainda mais todo este contexto!

Em paralelo, o número de insolvências de famílias e empresas não pára de aumentar, facto de resto ao qual o Centro de Negócios não foi alheio.

A história encarregar-se-á de confirmar quão difícil foi este momento que atravessamos.

De facto, a não concretização de alguns projectos de investimento previstos, resultou não só da conjuntura referida, bem como, pese embora a vontade dos investidores em concretizar os seus negócios no Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha, da ausência de apoio do Estado e da Banca para com os seus projectos.

Contudo existe a expectativa de alguns se poderem concretizar, com a melhoria da actividade económica, todavia o Parque Empresarial está completamente dependente do crescimento económico.

Embora ténues, começam a surgir alguns indicadores positivos, nomeadamente o facto de os decisores políticos começarem a perceber, que o caminho não é a austeridade, mas sim o crescimento económico, assim como o facto de a banca começar a encarar o financiamento dos projectos para criação de riqueza, de outra forma.

Sublinha-se como aspecto positivo, o facto de o início de 2013 terem surgido alguns contactos para projectos de investimento.

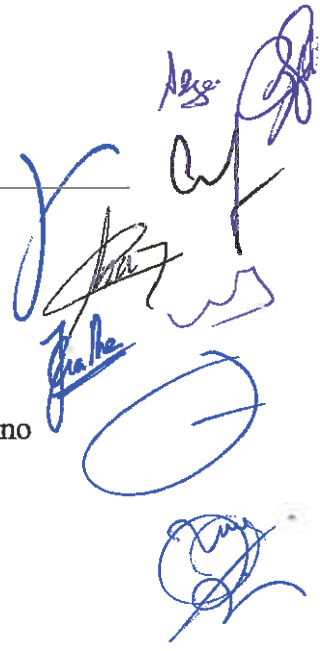
Nas reuniões ocorridas com diversos investidores, percebemos da sua determinação e no acreditar que um novo ciclo está a aproximar-se!

Esta deve ser a nossa motivação!

Mais uma vez os resultados foram positivos, resultante da gestão rigorosa e equilibrada do CDN, comprovado com a nova Lei do Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local (Lei 50/2012 de 31.08.2012), que fortemente selectiva, permitiu confirmar que o CDN preenche os requisitos exigidos para a sua manutenção.

Sendo este projecto do Centro de Negócios fortemente condicionado pela conjuntura económica, é fundamental manter a determinação neste modelo de gestão que seguramente dará os seus resultados. Os casos de sucesso em desenvolvimento de parques empresariais “inspiram-se” em modelos de gestão similares.

Naturalmente como projecto de médio e longo prazo é essencial não desviarmo-nos do caminho traçado!



5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, que o resultado apurado no Exercício, no montante de **1.868,45 €**, seja distribuído da seguinte forma:

- Reservas Legais: 186,85 €
- Resultados Transitados: 1.681,60 €

6. Perspectiva de Evolução

Está em fase final de conclusão, o investimento da Gonfersol (primeira unidade fabril).

Estão a decorrer diversas reuniões com investidores, tendo alguns deles manifestado interesse na concretização de investimento no Parque Empresarial, aguardando-se a sua formalização.

Com uma conjuntura económica mais favorável para breve, (os indicadores vão nesse sentido), existe a expectativa no surgimento de novos investimentos e consequentemente no desenvolvimento do Parque Empresarial.

Continua presente a necessidade de manter equilibrada a componente económico-financeira do CDN, EM SA.

Pretende-se também colocar Sinalética no Centro de Negócios, assim que as condições financeiras o permitirem, bem como adquirir Equipamento Administrativo/Informático.

A Médio Prazo:

Criação de Condições para a instalação da sede da Sociedade Gestora.

Implementação do projecto de 2 lotes em regime de propriedade horizontal.

Naturalmente que tratando-se de actividade empresarial, resultante da prestação de serviços, existem os riscos inerentes à própria actividade, condicionados também pela conjuntura económica, todavia aquele que se apresenta como um dos maiores riscos está devidamente acautelado nos regulamentos do Centro de Negócios, com a possibilidade de em última instância, em caso de incumprimento sistemático no que diz respeito às suas obrigações (liquidação dos encargos de Gestão) e estamos a falar das empresas aí instaladas, poder ser exercido pela Câmara Municipal o direito de reversão, existindo o compromisso de liquidação dos montantes em débito pela mesma, ao CDN.

Os fluxos financeiros estão disponíveis.



No que diz respeito, às questões ambientais, a preocupação é permanente e constitui um critério de selecção de empresas, pelo que o risco é diminuto.

Dado que não existem trabalhadores ao serviço do CDN, não constitui presentemente uma preocupação nessa área.

7. Notas Finais e Agradecimentos

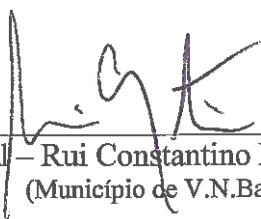
- Não se verificou aquisição ou alienação de acções, permanecendo inalterada a estrutura accionista.
- Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores, nos termos do artº 397º (CSC)
- Não existem sucursais da sociedade.
- Quem visitar actualmente o Centro de Negócios, encontra um espaço de excelência para a actividade empresarial. A organização, segurança, manutenção de espaços verdes são características dominantes.
- Encontra também uma actividade económica e uma movimentação próprias de espaços com características empresariais.
- Estes são os objectivos que nos propusémos atingir e que é possível constatar no “Terreno”.
- É essencial no projecto de crescimento do Concelho e naturalmente do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, um clima económico mais favorável, pelo que se deseja um efectivo crescimento.
- Expressamos o nosso agradecimento a todas as empresas, fornecedores e entidades, com quem nos relacionámos, durante o ano de 2012.

Vila Nova da Barquinha, 21 de Fevereiro de 2013

Conselho de Administração



Presidente – Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro.
(Município de V.N.Barquinha)



Vogal – Rui Constantino Martins.
(Município de V.N.Barquinha)



Vogal - Dr^a Ana Isabel Crispim Domingos
(Serralharia A.Domingos, Lda)



Ass
CF
[Handwritten signatures and initials]

8. Contas do Exercício

8.1 Reconciliação Bancária

Entidade Bancária – CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Saldo do Extracto Bancário – 9.854,03 €.

Saldo Contabilístico – 9.854,03 €

9. Relação das Participações no Capital de Sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo

Não Existem

10. Relatório sobre a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos

- Realizada a manutenção de espaços verdes e arruamentos.
- Coordenação de serviços de segurança e vigilância.
- Sinalética – Ainda não implementada. Decisão a tomar em função do número de empresas instaladas.
- Equip. Administrativo – Cedido provisoriamente pelo Município de V.N.Barquinha.

Constata-se assim a adequação do citado plano em função do ritmo de instalação das empresas, com o necessário rigor de gestão.

11. Certificação Legal de Contas

BALANÇO EM 31 DEZEMBRO DE 2012

(euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATA	DATA
		31.12.2012	31.12.2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	84.576,00	85.747,20
Propriedades de investimento			
Participações financeiras			
Empréstimos concedidos			
Activos por impostos diferidos			
		84.576,00	85.747,20
Activo corrente			
Clientes	27	47.040,07	52.483,70
Estado e outros entes públicos	27	16.070,26	10.143,68
Outras contas a receber			0,00
Diferimentos			
Caixa e depósitos bancários	3/27	9.891,54	14.020,15
		73.001,87	76.647,53
Total do activo		157.577,87	162.394,73
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	27	150.000,00	150.000,00
Reservas Legais	27	1.625,46	1.220,97
Outras reservas			
Ajustamentos de partes de capital			
Resultados transitados	27	-35.606,15	-39.246,55
Excedente Rev. Activos fixos			
Outras variações de Cap. Proprio			
		116.019,31	111.974,42
Resultado líquido do período		1.868,45	4.044,89
Total do capital próprio		117.887,76	116.019,31
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Accionistas			
Passivos por impostos diferidos			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	27	30.255,48	24.497,04
Adiantamentos de clientes	27	590,88	590,88
Estado e outros entes públicos	27	6.593,75	143,75
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a Pagar	27/30	2.250,00	21.143,75
		39.690,11	46.375,42
Total do passivo		39.690,11	46.375,42
Total do capital próprio e do passivo		157.577,87	162.394,73

Vila Nova da Barquinha, 21.02.2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO DE CONTAS

[Handwritten signature]
An. 2013-13
L. A. E.

[Handwritten signature]
Nuno G. G. G.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - 31.12.2012

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31.12.2012	31.12.2011
Vendas e serviços prestados	20	34.047,00	33.957,00
Subsídios à Exploração	20	30.000,00	11.020,00
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00
Fornecimentos e serviços externos	30	-36.896,29	-40.105,56
Gastos com o pessoal			0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	27	-23.817,44	0,00
Outros rendimentos e ganhos	20	0,26	429,65
outros gastos e perdas	30	-270,23	-85,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos		3.063,30	5.216,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-1.171,20	-1.171,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.892,10	4.044,89
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		1.892,10	4.044,89
Imposto s/o rendim. do período		-23,65	0,00
Resultado líquido do período		1.868,45	4.044,89

Vila Nova da Barquinha, 21.02.2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO DE CONTAS

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDICE

125

[Handwritten signatures and initials in blue and purple ink]

Identificação da entidade

1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras - pág.3
2. Principais políticas contabilísticas – pág. 4/5/6
3. Fluxos de caixa –pág. 6
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros –pág.7
5. Partes relacionadas – pág. 7/8
6. Activos intangíveis – pág.8
7. Activos fixos tangíveis –pág. 8/9/10
8. Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas –pág.11
9. Locações –pág.11
10. Custos de empréstimos obtidos – pág.11
11. Propriedades de investimento – pág.11
12. Imparidade de activos –pág.11/12
13. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas- pág.12
14. Concentrações de actividades empresariais – pág.12
15. Investimentos em Subsidiárias e Consolidação – pág.12
16. Exploração e avaliação de recursos minerais – pág.12
17. Agricultura –pág. 12
18. Inventários – pág. 12
19. Contratos de construção –pág.13
20. Rédito –pág.13
21. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes –pág. 14
22. Subsídios do Governo e apoios do Governo – pág.14
23. Efeitos de alterações em taxas de câmbio – pág. 14
24. Acontecimentos após a data do balanço - – pág.14
25. Impostos sobre o rendimento – pág.14/15/16
26. Matérias ambientais – pág.17
27. Instrumentos financeiros –pág.17/18/19
28. Benefícios dos empregados – pág. 19



- 29. Divulgações exigidas por diplomas legais – pág. 20
- 30. Outras informações – pág. 20/21

125



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.” é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, em 6 de Julho de 2007.

A empresa tem a sua sede na Praça da República, 2260-411 Vila Nova da Barquinha.

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.”, tem por objecto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das actividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência colectiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de actividades e serviços do Médio Tejo.

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1. As demonstrações financeiras do CDN, EM S.A. são preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização contabilística (SNC) aprovado pelo DL. 158/2009. Ou seja, estas estão de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

1.2 Não existiram indicações e justificações das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

1.3 Não se referem indicações e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados uma vez que os conteúdos são comparáveis com os do exercício anterior.



2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto de continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos de “CDN, EM SA”, para que estas estejam de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

De acordo com a NCRF 4 as políticas contabilísticas “são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas pela entidade na preparação e apresentação de demonstrações financeiras”.

As divulgações exigidas nesta norma têm o mérito de elucidar o utente sobre as bases de mensuração adoptadas facilitando as análises comparativas com as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

- Activo Fixo Tangível:

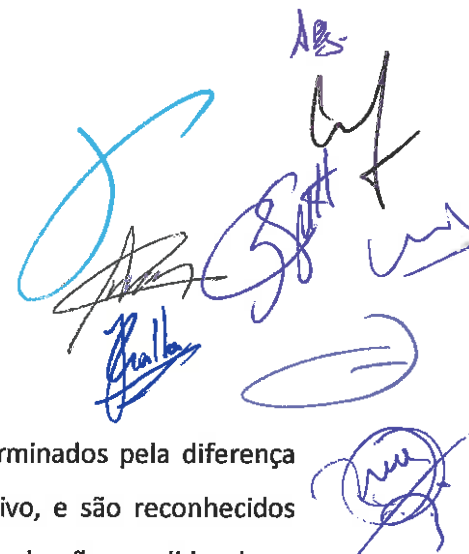
Todos os activos fixos tangíveis estão mensurados ao custo histórico. As suas depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes) tendo em conta a sua vida útil. A sua vida útil é determinada tendo em vista a utilização provável do bem pela empresa e o seu desgaste natural esperado da sujeição de uma previsível obsolescência técnica.

A vida útil estimada pelos bens encontra-se entre as taxas máximas e mínimas previstas no Decreto regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimados (anos):

Edifícios e outras construções	20 – 50
Equipamento básico	3 – 20

Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	3 – 16
Outros activos fixos	2 -16



Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos da alienação e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados

- Contas a receber de clientes e outros devedores:

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objectiva de que a empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

- Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o Rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e considera a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado, com base no método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

São reconhecidos activos por impostos diferidos na medida em que seja provável que serão gerados lucros futuros para a utilização da diferença temporária. Os activos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Para a determinação dos impostos diferidos são utilizadas as taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data de balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização dos activos por impostos diferidos ou da liquidação dos passivos por impostos diferidos.

- Caixa e equivalentes de Caixa.

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” incluem numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo, com prazos de vencimento curto e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor.

- Reconhecimento do rédito / Contrato-Programa Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

O rédito corresponde ao justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após a eliminação das vendas internas, sendo reconhecido da seguinte forma:

- O rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador
- O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito das vendas e prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação de serviço ou quanto à cobrança dos mesmos.

Mediante contrato programa estabelecido com a Câmara Municipal da Vila Nova da Barquinha, são registados rendimentos no CDN a fim de equilibrar as contas do CDN.

- Passivo corrente:

O passivo está registado ao custo amortizado.

2.2. Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas relevantes.

2.3. Foram adotados os princípios contabilísticos implícitos nas NCRF, estando reflectido nas demonstrações financeiras.

2.4. Não existem pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

2.5. Para as estimativas efectuadas a probabilidade de concretização é elevada, dado que resulta de contratos de prestações de serviços definidos, sem risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

3. FLUXOS DE CAIXA

3.1. Os fluxos de caixa estão disponíveis.

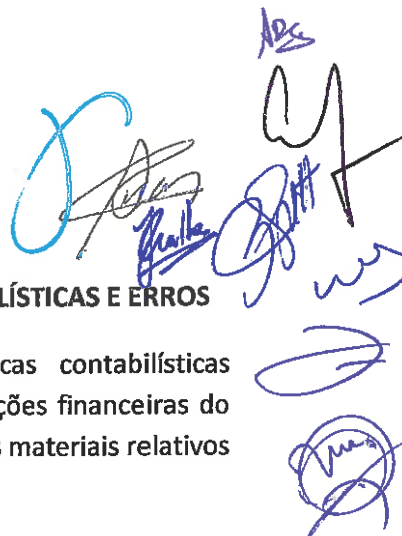
A 31 de Dezembro de 2012, o valor da caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	37,51€	37,51 €
Dep. à ordem-CGD	9.854,03 €	13.982,64 €

Total

9.891,54€

14.020,15 €



4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2012 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4.1. Não existem disposições de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

4.2. Não existem alterações voluntárias em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

4.3. Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos:

4.4. Não existem erros materiais de períodos anteriores.

5. Partes relacionadas

5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

(a) nome da empresa-mãe imediata: Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

5.2. Não existem remunerações do pessoal chave da gestão, dado que por um lado os membros do Conselho de Administração não são remunerados e por outro o quadro de pessoal não está preenchido, dado a existência de contratos de prestação de serviços nas diversas áreas:

(a) Total de remunerações: Não aplicável.

(b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados: Não aplicável.

(c) Total de benefícios pós-emprego: Não aplicável.

(d) Total de outros benefícios de longo prazo: Não aplicável.

(e) Total de benefícios por cessação de emprego: Não aplicável.

(f) Total de pagamentos com base em acções: Não aplicável.

5.3. Transacções entre partes relacionadas. (Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha)

(a) natureza do relacionamento com as partes relacionadas: Existência de Contrato-Programa com a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, definindo o critério do valor das transferências financeiras, para equilíbrio de contas do CDN, sempre que necessário.

(b) transacções e saldos pendentes:

(i) quantia das transacções: 30.000.00 €

(ii) quantia dos saldos pendentes: 0 (encontra-se tudo pago e por isso não existem saldos pendentes a 31-12-2012)

(iii) ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes: Não aplicável.

(iv) gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas: Não aplicável.

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Não existem intangíveis no balanço do CDN.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

(a) critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Como referido na nota 2, as quantias escrituradas foram mensuradas ao custo histórico deduzidas das imparidades. Os métodos de depreciação foram de quotas constantes em linha recta.

Terreno

Está registado pelo custo histórico.

Mensuração de outros activos fixos tangíveis

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo histórico, ou seja, ao seu custo de aquisição.

(b) métodos de depreciação usados:

Terreno: Este activo fixo tangível não é sujeito a depreciações de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, pois não é possível determinar a sua vida útil, considerando-a ilimitada.

Outros activos: As suas depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes) tendo em conta a sua vida útil.

A sua vida útil é determinada tendo em vista a utilização provável do bem pela empresa e o seu desgaste natural esperado da sujeição de uma previsível obsolescência técnica.

A vida útil estimada pelos bens encontra-se entre as taxas máximas e mínimas previstas no Decreto regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimados (anos):

(c) vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Instalações não especificadas (Portões) - 10

Instalações não especificadas (Mastros) – 10

Programa de Computadores – 3

Programa de Computadores - 1

(d) quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

(e) reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 o movimento ocorrido nos activos tangíveis foram os seguintes:

<i>Terrenos e Recursos Naturais</i>	<i>Inst.Não Espec. – Portões</i>	<i>Inst.Não Espec.-Mastros</i>
<i>Prog.Computador</i>	<i>Prog.Computador</i>	

Activo Bruto



Saldo a 1 de Janeiro de 2012		78.720,00 €	8.664,00 €	3.048,00 €
2.195,00 €	200,00 €			
Investimento				
Varição do justo valor				
Desinvestimento				
Saldo a 31 de Dezembro de 2012		78.720,00 €	8.664,00 €	3.048,00 €
2.195,00 €	200,00 €			
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo a 1 de Janeiro de 2012			3.465,60 €	1.219,20 €
2.195,00 €	200,00 €			
Depreciações do período			866,40 €	304,80 €
Desinvestimento				
Saldo a 31 de Dezembro de 2012			4.332,00 €	1.524,00 €
2.195,00 €	200,00 €			
Valor Líquido		78.720,00 €	4.332,00 €	1.524,00 €
0 €	0 €			

Os critérios de mensuração e os métodos de depreciação encontram-se no ponto 2 referente às políticas contabilísticas.

Não existem restrições de titularidade a activos fixos tangíveis.

Não existem investimentos referentes ao Activo Fixo Tangível em curso a 31 de Dezembro de 2012.

7.2. Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos. Não Aplicável.

7.3. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de cada um dos seguintes itens do activo fixo tangível no decurso da sua construção: Não aplicável.

7.4. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis. Não Aplicável.

7.5. Quantia incluída nos resultados, relativa a compensação de terceiros por itens do activo fixo tangível com imparidade, perdidos ou cedidos. Não Aplicável.

7.6. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período. Não Aplicável.

7.7. Depreciação acumulada no final do período. Ver mapa anterior.

7.8. Para os itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:

Não Aplicável.

8. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS:

ABS



NÃO APLICÁVEL.

9. LOCAÇÕES:

NÃO APLICÁVEL.

10. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

Não Aplicável

11. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:

Não Aplicável

12. IMPARIDADE DE ACTIVOS:

12.1. Para cada classe de activos:

(a) quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);

Não Aplicável.

(b) quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período

(com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);

Não Aplicável.

(c) quantia de perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas directamente no capital próprio durante o período;

Não Aplicável.

(d) quantia de reversões de perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas directamente no capital próprio durante o período.

Não Aplicável.

12.2. Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um activo individual (incluindo trespasse (goodwill)), ou para uma unidade geradora de caixa:

Não Aplicável.

13. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS:

Não Aplicável.

14. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS:

Não Aplicável

15. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO:

Não Aplicável

16. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS:

Não Aplicável.

17. AGRICULTURA:

Não Aplicável.

18. INVENTÁRIOS:

Não Aplicável.

19. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO:

Não Aplicável.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A22' at the top right and several large, stylized signatures below it.

20. RÉDITO:

20.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços:

As Enumeradas na nota 2.

20.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

- (a) venda de bens;
- (b) prestação de serviços;
- (c) juros;
- (d) royalties; (e) dividendos.

Os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito independentemente da sua data de pagamento ou recebimento.

Vendas	90,00 €
Prestação de Serviços	33.957,00 €
Subsídios à Exploração	30.000,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	<u>0,26 €</u>
	64.047,26 €

21. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES:

Não conhecidas situações que possam cair neste âmbito.

22. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:

Não Aplicável

23. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO:

Não Aplicável, uma vez que não se trabalha com moeda estrangeira sendo todos os clientes e fornecedores nacionais.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

Não são conhecidos na data de elaboração deste relatório quaisquer acontecimentos após 31-12 que sejam significativos para as contas de 2012.

24.1. Autorização para emissão:

(a) data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia 21 de Fevereiro de 2013 pelo seu Conselho de Administração.

(b) indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Só a Assembleia Geral tem poderes para alterar as demonstrações financeiras após essa data.

25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

Dada a existência de prejuízos fiscais, o resultado líquido positivo não dará lugar à liquidação de IRC.

25.1. Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

(a) gasto (rendimento) por impostos correntes: 0 (zero) no ano 2012.

(b) ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

Não foram reconhecidos ajustamentos de impostos correntes dos anos anteriores.

(c) quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

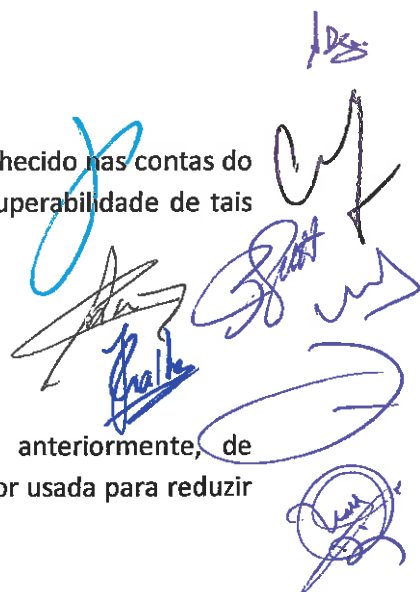
Não foram reconhecidos impostos diferidos.

(d) quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;

Não foram reconhecidos impostos diferidos.

(e) quantia de benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes;

O benefício é de 1.868,45 € * 25% = 467,11€. Este benefício não foi reconhecido nas contas do ano anterior em impostos diferidos, por existir alguma incerteza na recuperabilidade de tais valores.



(f) quantia dos benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos diferidos;

Não aplicável. Não existem registos de impostos diferidos.

(g) gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos;

Não aplicável. Não existem registos de impostos diferidos.

(h) quantia do gasto (rendimento) de imposto relativa às alterações nas políticas contabilísticas e nos erros que estão incluídas nos resultados porque não podem ser contabilizadas retrospectivamente.

Não aplicável.

25.2. Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio.

Não aplicável.

25.3. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro:

RLE		1.868,45
Irc nominal	25%	467.11
Prejuízos fiscais		467.11
Irc efectivo	0%	0

25.4. Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

Não aplicável.

25.5. Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço.



Prejuízos fiscais a reportar:

2008	16.381	
2009	33.854	
2010	-10.962	Reversão
2011	-4.045	Reversão
2012	-1.868	Reversão
Saldo	33.360	
Irc	7.012	

Este ativo por impostos diferidos não foi reconhecido, por existir ainda incerteza na sua recuperabilidade.

25.6. Quantia agregada de diferenças temporárias associadas com investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, relativamente aos quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

Não aplicável.

26. MATÉRIAS AMBIENTAIS:

Não Aplicável.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Políticas contabilísticas

As referidas na nota 2.

A 31 de Dezembro de 2012, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ABs' at the top right and several large, stylized signatures below it.

Activo

Clientes/Estado/Outras contas a receber	63.110,33 €
Caixa e depósitos bancários	<u>9.891,54 €</u>
	73.001,87 €

Capital Próprio

Capital Realizado	150.000,00 €
Reservas Legais	1.625,46 €

Passivo

Corrente

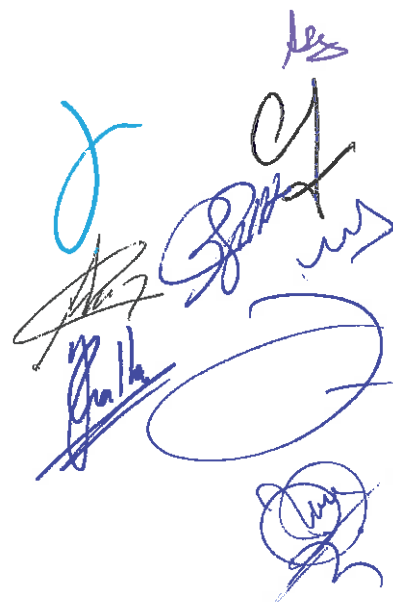
Fornecedores	30.255,48 €
Adiantamento de Clientes	590,88 €
Estado e Outros Entes Públicos	6.593,75 €
Outras contas a pagar	<u>2.250,00€</u>
	39.690,11 €

Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respectivos prazos de realização.

Capital Social de 150.000,00 €, totalmente realizado.

Número de acções representativas do capital social, respectivas categorias e valor nominal:

O Capital Social integralmente subscrito está dividido em 30.000 acções nominativas, com o valor nominal de 5 € cada, dividido da seguinte forma e sem alterações face ao ano transacto:



- Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - 28.296 Acções
- Serralharia A.Domingos, Lda - 636 Acções.
- Espaço Mecânico, SA - 618 Acções.
- Bio-Analítica, Lda - 180 Acções.
- Fernando Pereira Nunes, Lda - 180 Acções.
- Batadec, Lda - 90 Acções.

CONTA DE RESERVAS

O Saldo Credor de 1.625,46 € refere-se às reservas legais definidas na lei, em conformidade com o resultado obtido no exercício de 2007 no montante de 1.247,53 €, exercício de 2010 no montante de 10.962,19 €, e exercício de 2011 no montante de 4.044,89€.

RESULTADOS TRANSITADOS

O saldo devedor de 35.606,15 € resulta das deliberações do Conselho de administração, nos diversos anos económicos e que a seguir se discrimina:

Ano de 2007: 1.122,78 €

Ano de 2008: - 16.381,13 €

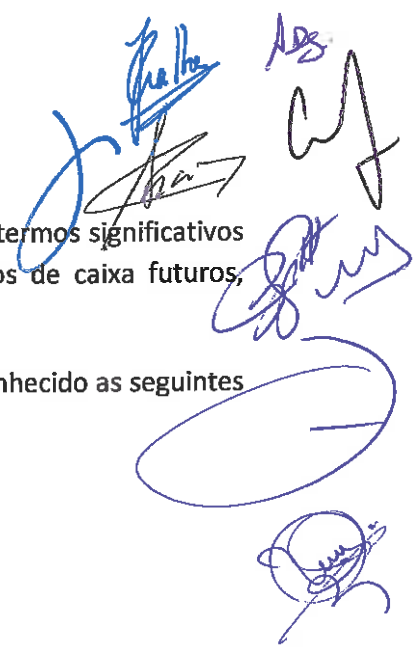
Ano de 2009: - 33.854,17 €

Ano de 2010: 9.865,97 €

Ano de 2011: 3.640,40 €

Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efectuada como custos de emissão.

Não aplicável.



Riscos relativos a instrumentos financeiros

Activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: termos significativos e condições que afectam a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito.

O saldo de clientes cifra-se nos 47.040,07 €, tendo-se neste exercício reconhecido as seguintes imparidades:

- Serralharia A.Domingos: 18.504.92 €

- Ana Silva, Madelab: 5.312.52 €

Tal resultou do processo de insolvência de ambas as empresas.

- Quanto às restantes empresas, de uma forma geral, estão a proceder aos pagamentos dos seus compromissos.

- Para os saldos mais antigos, estão a ser feitas diligências no sentido de cobrar os valores em dívida.

- O regulamento de co-utilização determina em caso de incumprimento sistemático o direito de reversão a exercer pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, existindo o compromisso desta, caso seja exercido, a liquidar os montantes em débito ao CDN, pelo que não existe risco na sua cobrança.

- Existe o compromisso por parte da generalidade das empresas, em cumprir com o estipulado nos regulamentos.

- De resto, o montante recebido em 2012, aumentou face ao ano de 2011, e em 2012 já se verificaram pagamentos.

28. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS:

Não Aplicável.

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:

A remuneração do pessoal chave como referido na nota 5 é zero.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é de 1.000 euros anuais acrescidos de Iva à taxa legal em vigor. O Valor respectivo será pago, após entrega da factura e conclusão do encerramento de contas do ano de 2012, contudo foi feita a especialização no ano de 2012.

Assim, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, debitará um total de honorários de 1.230,00 €, incluindo IVA, relativo à revisão e certificação legal de contas do ano de 2012. Não foram debitados outros valores pela citada sociedade e referentes a outro tipo de serviços.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

No que diz respeito a outras contas a pagar, referem-se a contratos de prestação de serviços estabelecidos, nomeadamente:

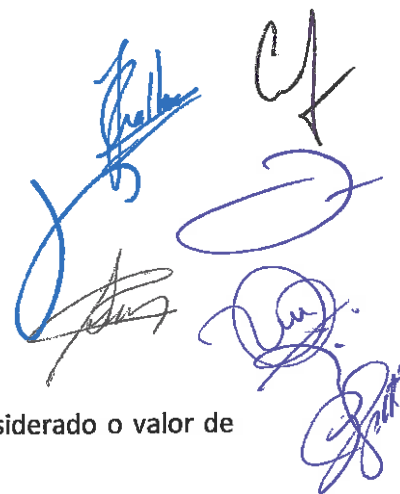
Manutenção de Espaços Verdes	1.250,00 €
Revisão Legal de Contas	1.000,00 €
Total Parcial Fornecimentos e Serviços externos 2012, outras contas a pagar	1.000 €
Sub-Total Geral Outras Contas a Pagar	2.250,00 €

Na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, para além do valor acima referenciado referente a 2012 de 1.000 €, é constituída por:

Assistência Informática	860,73 €
Vigilância e Segurança	4.776,00 €
Honorários	15.000,00 €
Manutenção de Espaços Verdes	15.000,00 €
Despesas Bancárias	156,64 €
Energia e fluídos	102,92 €
Sub-Total	35.896.29 €

Total Rúbrica Fornecimentos e Serviços Externos.

36.896,29 €



No que diz respeito à rúbrica outros gastos e perdas, deve ainda ser considerado o valor de 270.23 €.

A Administração



António Luís Pereira da Silva

O Toc



CDN – Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB, EM SA

Demonstração de Fluxos de Caixa

NIF 508 190 460
(Valores em euros)

Exercícios	
2011	2012

Actividades Operacionais

Recebimentos de Clientes	22.398,16	23.503,97
Recebimentos de Outras Entidades - CMB	11.020,00	30.000,00
Recebimentos de Outras Entidades-Conservatória	230,00	0
Pagamentos a fornecedores	-30.194,19	-53.656,06
Pagamentos ao Pessoal	0	0
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	3.453,97	= 152,09
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	-1000,00	-1000,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	-4.427,61	-2.976,52
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	-1.973,64	-4.128,61
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0	0
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	0	0
<i>Fluxos actividades operacionais (1)</i>	-1.973,64	- 4.128,61

Actividades de Investimento

Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	0	0
Imobilizações Corpóreas	0	0
Imobilizações Incorpóreas	0	0
Subsídios de Investimento	0	0
Juros e Proveitos Similares	0	0
Dividendos	0	0
.....	0	0
.....	0	0
Sub-total	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	0	0
Imobilizações Corpóreas	0	0
Imobilizações Incorpóreas	0	0
.....	0	0
.....	0	0
Sub-total	0	0
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	0	0

CDN – Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB, EM SA

Demonstração de Fluxos de Caixa

NIF 508 190 460
(Valores em euros)

Actividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	0	0	
Aumento de Capital, prestações	0	0	
suplementares e prémios de em			
Subsídios de doações	0	0	
Vendas de acções (quotas) próprias	0	0	
Cobertura de Prejuízos	0	0	
.....	0	0	
.....	0	0	
Sub-total	0	0	
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	0	0	
Amortização de contratos de locação	0	0	
financeira			
Juros e custos similares	0	0	
Dividendos	0	0	
Reduções de Capital e Prestações	0	0	
suplementares			
Aquisições de acções (quotas) próprias	0	0	
.....	0	0	
.....	0	0	
Sub-total	0	0	
<i>Fluxos actividades de financiamento (3)</i>		0	0

Variação de caixa e seus equivalentes (4) =	-1.973,64	-4.128,61
(1)+(2)+(3)	0	0
Efeitos das diferenças de Câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do	15.993,79	14.020,15
período		
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.020,15	9.891,54

CDN - Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB EM SA

NIF 508190460

MORADA Vila Nova da Barquinha

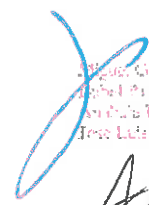
Demonstração das Alterações de Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2012

Exercício: Moeda: EUR
2012
Unidade: Euros
508 190 460

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital	Resultado Líquido do Período		
POSICÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2011		150.000,00				124,75		-49.112,52				10.962,19	111.974,42	111.974,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalor. de activos fixos tang. e intang. e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
Aplicação do resultado de 2010						1.096,22		9.865,97				-10.962,19	0,00	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSICÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		150.000,00	0,00	0,00	0,00	1.220,97	0,00	-39.246,55		0,00	0,00	4.044,89	116.019,31	116.019,31
POSICÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2012		150.000,00	0,00	0,00	0,00	1.220,97	0,00	-39.246,55	0,00	0,00	0,00	4.044,89	116.019,31	116.019,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalor. de activos fixos tang. e intang. e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
Aplicação do resultado de 2011						404,49		3.640,40				-4.044,89	0,00	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSICÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		150.000,00	0,00	0,00	0,00	1.625,46	0,00	-35.606,15	0,00	0,00	0,00	1.868,45	117.887,76	117.887,76



Miguel Galvão
Isabel Paiva
Ana Paula Pires
Teresa Luís Simões



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 157.577,87 euros e um total de capital próprio de 117.887,76 euros, incluindo um resultado líquido de 1.868,45 euros), a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos resultados por natureza e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo correspondente.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.





Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Miguel Galvão
Isabel Paiva
Ana Luísa Barros
José Luís Nunes

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM S.A. em 31 de Dezembro de 2012, a alteração dos seus capitais próprios, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Vila Nova da Barquinha, 26 de Fevereiro de 2013

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de contas
Representada por:

José Luís Guerreiro Nunes (Roc n.º 1098)




Miguel Galvão
Isabel Paiva
Anabela Pires
Ana Carolina Nunes



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

RELATÓRIO

De acordo com o disposto na alínea j) do número 6 do artigo 25º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto e no desempenho das nossas funções durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, acompanhámos regularmente a evolução dos negócios da **CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A.**

No âmbito das nossas funções, verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e a respetiva documentação, procedemos às inspeções físicas necessárias de bens e valores patrimoniais, vigiámos pela observância da lei e do contrato da sociedade e tomámos conhecimento dos atos da Administração. Analisámos, também, o relatório de Gestão e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data, compreendendo estas o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de alterações dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

Expressimos a concordância quanto às políticas contabilísticas utilizadas, os quais constam do anexo.

Emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que faz parte integrante deste Relatório, a qual não regista reservas nem ênfases.

Salientar o facto de terem-se mantido e até agravado as situações de incobrabilidade de clientes, o que justificou um aumento no exercício de imparidades no valor de 23.817,44 euros, as quais foram criadas para clientes em processos de insolvência, mantendo-se o critério de reconhecimento de anos anteriores. Como referido no ponto 6 do relatório de gestão, há a possibilidade legal do “direito à reversão” por parte da Câmara Municipal, mas que não tem sido exercido pois representa um gasto para a Câmara Municipal.

Não emitimos no exercício de 2012 quaisquer parecer prévio nos termos das alíneas a), b) e c) do número 6 do art.º 25º, dado que as situações não são aplicáveis. No caso do contrato programa porque o contrato em vigor transita de anos anteriores.








PARECER

Como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que

- a) Sejam aprovados o Relatório da Administração e os restantes elementos da prestação de contas, respeitantes ao exercício de 2012;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório da Gestão.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento à Administração e ao Técnico Oficial de Contas Nuno Guerreiro pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções

Via Nova da Barquinha, 26 de Fevereiro de 2013

O Fiscal Único

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, SROCC, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de contas
Representada por:

José Luís Guerreiro Nunes (ROC n.º 1398)